

NADA SOBRE NÓS SEM NÓS, MAS NÓS QUEM? POSICIONAMENTO DE UNIVERSITÁRIOS 'COM DEFICIÊNCIA' SOBRE POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA

LACERDA, Patrícia Monteiro – PUC-Rio

GT: Movimentos Sociais e Educação / n.03

Agência Financiadora: FAPERJ

Ao longo das últimas décadas, tem havido um deslocamento das pessoas com deficiência¹ da posição de *objetos de caridade* para a de *agentes de confrontação* (Fleischer & Zames, 2001). As mudanças ocorridas no cenário internacional têm repercutido no Brasil com a organização das entidades dedicadas a promoção de direitos desse grupo:

Em 79 aconteceu a primeira iniciativa para reunir as várias áreas da deficiência e começar a organizar o movimento em todo país para preparação do Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, promovido pela ONU [em 1981]. (...) Era o começo, estávamos criando uma identidade própria para a pessoa com deficiência, "nada sobre nós sem nós"². Pela primeira vez as pessoas com deficiência tomavam a frente do movimento que até então era representado por instituições. Era uma postura muito radical, um processo bem batalhado que durou muitos anos e ainda persiste. (Trecho de entrevista com Rosangela Bieler³ - Boletim Sentidos nº 26)

A alusão de que haveria um movimento de *criação de uma identidade própria das pessoas com deficiência* no Brasil foi um dos pontos de partida da presente investigação. Construir um lugar de fala a partir da experiência da deficiência e não apesar dela é um dos temas centrais dos *Disability Studies (DS)*, campo de estudos acadêmicos que tomam a deficiência como uma construção social. Os *DS* sustentam uma importante distinção entre *impairment* (lesão⁴) e *disability* (invalidação social), usando os saberes das ciências humanas para entender como a sociedade constrói mecanismos de classificação e hierarquização dos indivíduos que apresentam algum tipo de lesão. Curiosamente, estes estudos têm tido pouca repercussão no território

1 A questão da nomeação das coletividades é sempre um problema, opto pelo termo "pessoas com deficiência" por ele ser hoje mais consensual entre os movimentos sociais que lutam pela proteção e promoção dos direitos e dignidade deste grupo específico.

² Versão do lema Nothing about us without us – do Disability Rights Movement – grifo meu.

³ Rosangela Bieler é consultora no Banco Mundial, na área da deficiência e desenvolvimento inclusivo para a América Latina e Caribe.

⁴ Embora no Brasil a tradução usual para *impairment* seja *incapacidade* (Sassaki, 2004), opto neste texto pelo termo *lesão*, utilizado por Medeiros e Diniz (2004), por achar que ele é mais acurado para descrever uma limitação física.

nacional o que me fez perguntar pelas condições de possibilidade/impossibilidade para a propagação deste discurso entre nós.

As principais interlocuções teóricas utilizadas neste estudo foram Michel Foucault (1995, 1996) e seus comentadores na área da educação (Veiga-Neto, 2001/2003; Larossa, 1994), articulados a textos de *Disability Studies* que analisam a construção discursiva da identidade em pessoas com deficiência (Mitchell & Snyder, 1997; Shakespeare, 1998 e Corker & French, 1999), além de textos da área de lingüística aplicada (Fabrício, 2002 e Moita Lopes, 2003). O ponto de convergência entre estes diversos autores é a concepção da linguagem como prática, isto é, linguagem como aquilo que não apenas representa, mas constrói a realidade.

O estudo se propôs a observar como algumas ‘pessoas com deficiência’ que conseguiram chegar até a universidade constroem suas identidades incorporando, recusando, ignorando ou resistindo às interpretações hegemônicas sobre o que vem a ser normal/anormal⁵.

Com relação à educação, dois aspectos das pesquisas sobre identidade são especialmente relevantes: a compreensão de que as práticas pedagógicas são estratégias de subjetivação (Larrosa, 1994) e o mapeamento das formas de vida autorizadas tanto, pelo discurso dos movimentos sociais, quanto pelos discursos pedagógicos a respeito do lugar no mundo destinado àqueles que desviam da representação de corpo normal.

Tentei entender de que discursos elas se faziam sujeitos, valendo-me do construto de *posicionamento* (Davies e Harré, 1990) que se desdobra a partir do conceito foucaultiano de posição de sujeito⁶. A análise do posicionamento permite captar os efeitos sociais de ‘quem diz o quê e para quem’, em práticas discursivas nas quais as pessoas agem, observando como elas se localizam e localizam seus interlocutores quando estão engajadas na negociação de significados (Moita Lopes, 2003:7).

⁵ A palavra *anormal* é utilizada por Michel Foucault para designar os desviantes da norma, um grupo que, segundo Veiga Neto (2001), vem sendo inventado e multiplicado, abrangendo: os síndromicos, os deficientes, os monstros, os psicopatas, os surdos, os cegos, os rebeldes, os pouco inteligentes, os estranhos, os miseráveis, o refugo, enfim.

⁶ Segundo Reis (2004:36), tanto os termos posicionamento quanto posição de sujeito foram cunhados por Althusser (1971 [2002]) para afirmar que é função da ideologia interpelar ou chamar indivíduos para posições específicas de sujeitos, para que estes construam os tipos de identidades que são relacionadas às práticas sociais e discursivas aceitas em sociedade. No entanto, na acepção de Foucault, estas posições não se referem somente ao assujeitamento, mas também, à capacidade de agir micropoliticamente e produzir transformações cotidianas que podem vir a alcançar um efeito mais amplo.

Conceber a realidade como *um vasto tecido argumentativo* não significa negar a existência de objetos extradiscursivos. Significa afirmar que não há pensamento fora da linguagem. Para esclarecer este ponto, a questão do corpo é paradigmática:

“Corpos não são discurso, eles são não-discursivos em sua materialidade. Mas os corpos não existem e operam num vácuo não-discursivo. É claro que a palavra ‘corpo’ é ela mesma uma produção discursiva, mas mais do que isso, a entidade que é o corpo está sujeita à soberania do discurso. (...) Mesmo se pensarmos em práticas corporais extremas como a tortura, estaremos no âmbito de uma prática discursiva. Tortura é discursiva pelo fato de ser desde-sempre inscrita numa série de declarações. Sob a influência do modo de pensar foucaultiano, podemos ir mais longe e dizer que a soberania discursiva atua na base material, neste caso o corpo.” (Kendall and Wickham 1999:39)

Essa distinção-articulada entre base material do corpo e a atuação das práticas discursivas sobre essa matéria, tem correspondência com a mudança de paradigmas operada pelos movimentos sociais e sustentada pelos *DS* onde a deficiência é vista como aquilo que a sociedade atribui simbolicamente aos indivíduos que apresentam algum tipo de diferença físico-cognitivo-sensorial.

Considerando que só existe indivíduo *na* sociedade e sociedade *no* indivíduo, Dubar (1997 apud Fabrício 2002), a partir de Elias (1993), propõe um esquema que articula tanto os processos de identidade públicos (institucionais) quanto os privados (indivíduo consigo mesmo), embora as regras que se aplicam a cada uma das esferas pública ou privada, sejam diferentes.

“(...) haveria dois movimentos inseparáveis no processo de construção de identidades instalado no próprio social, porque não se constrói as identidades das pessoas sem elas e, contudo, não se pode dispensar o outro para forjar nossa própria identidade. Assim, há um movimento intersubjetivo (identidade para o outro), ou seja, a identidade que o outro me atribui, como o outro me percebe, e um movimento subjetivo (identidade para si), ou seja, qual identidade reivindico para mim perante o outro, pois só sei quem sou através do olhar do outro, de seu reconhecimento. Esse é o aspecto relacional do processo.” (Fabrício 2002:136)

Inspirada nesta visão tomei os casos singulares como *variações sobre o mesmo tema* onde, o que faz elo entre as histórias é sua problemática comum e não a comparação entre variáveis decompostas e descontextualizadas. Esta problemática comum pode ser assim descrita: como determinadas pessoas com deficiência, que alcançaram longevidade escolar, se posicionam sobre as políticas que oferecem vantagens em afirmar a identidade deficiente?

O *corpus* de análise foi extraído de entrevistas individuais e uma entrevista coletiva com 8 colaboradores contatados através de um programa de apoio a pessoas com deficiência que funciona há quase duas décadas em uma universidade pública do Estado do Rio de Janeiro.

CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

| Nome fictício | Lesão | Escolaridade máxima | Localização social ⁷ |
|---------------|------------------------------|--------------------------|---------------------------------|
| ANTENOR (A) | MIELOMELINGOCELE | ESTUDANTE DE JORNALISMO | CAMADA POPULAR |
| FÁBIO (F) | BAIXA VISÃO | ESTUDANTE DE PSICOLOGIA | CAMADA POPULAR |
| GABRIEL (G) | QUADRO DE PARALISIA CEREBRAL | ESTUDANTE DE COMUNICAÇÃO | CAMADA MÉDIA ALTA |
| LIA (L) | PARALISIA CEREBRAL | MESTRE EM EDUCAÇÃO | CAMADA MÉDIA |
| JOSUÉ (J) | PARALISIA CEREBRAL | ESTUDANTE DE FILOSOFIA | CAMADA MÉDIA BAIXA |
| RUTH (R) | CEGA | GRADUADA EM HISTÓRIA | CAMADA MÉDIA BAIXA |
| MATIAS (M) | CEGO | GRADUADO EM LETRAS | CAMADA POPULAR |
| ISIS (I) | CEGA | ESTUDANTE DE DIREITO | CAMADA MEDIA BAIXA |

EDUCAÇÃO SUPERIOR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Segundo o IBGE, 14,4% da população brasileira apresentam algum tipo de deficiência, segundo dados do Ministério da Educação (MEC - Inep 2005), 0,12% dos universitários brasileiros têm alguma deficiência.

O jornal O Globo (21/02/2006) levantou que em 7 das 23 universidades brasileiras que adotaram o sistema de reservas de vagas (cotas) a categoria portadores de deficiência está contemplada. Enquanto a discussão sobre as ações afirmativas, referida à questão racial, ganhou a mídia, as cotas para pessoas com deficiência passam despercebidas tanto pela imprensa quanto pela pesquisa educacional (Masini & Bazon, 2005). No entanto, muito antes das cotas universitárias, o Brasil já tinha implantado o sistema de cotas no mercado de trabalho para pessoas com deficiência (decreto 3.298/1999, que regulamenta a lei de 1989). Embora a lei esteja em vigência há cerca de 8 anos, constata-se que a empregabilidade das pessoas com deficiência ainda é bastante complexa devido à baixa qualificação destes trabalhadores. Isso indica que o acesso à

⁷ Essa classificação é grosseira e tomou por base respostas sobre: situação familiar e domiciliar; profissão e escolaridade dos pais e irmãos.

educação superior pode ser decisivo para que mais pessoas com deficiência possam ocupar lugares sociais, até então, pouco disponíveis.

GANHOS E PERDAS NA AUTO-IDENTIFICAÇÃO COMO *PESSOA COM DEFICIÊNCIA*

Na história do Movimento de Vida Independente, que está na base dos modernos movimentos sociais pelos direitos deficientes, a luta contra a institucionalização e a segregação baseou-se, inicialmente, no princípio da "normalização" (Wolfensberger 1972) que pregava que as pessoas com deficiências deveriam viver no ambiente mais "normal" possível se se esperava delas um comportamento "normal". A idéia era criar uma indiferenciação entre normais e anormais atenuando a diferença dos últimos em relação aos primeiros. Essa idéia evoluiu para uma concepção abrangente de diversidade humana que incorpora o ideário da Educação Inclusiva.

Já as ações afirmativas partem do pressuposto que para alcançar equidade social é preciso operar uma ‘discriminação positiva’ dos grupos que foram historicamente marginalizados. Os dados⁸ mostram que, em todo o mundo e, em especial nos países latino americanos, as pessoas com deficiência continuam à margem das decisões sobre seu próprio destino. Contra essa situação, os movimentos internacionais pelos ‘direitos deficientes’ forjaram comunidades de pessoas com e sem deficiência que organizam sua ação política com base no modelo de minoria, tal como os movimentos feminista, gay e negro.

A criação e afirmação de uma identidade a partir da experiência da deficiência têm sido descrita como um empreendimento de contra-dominância, que produz novas posições de sujeito.

Vejamos como este dilema entre afirmar, diluir ou mesmo negar a deficiência como marcador identitário se fez presente nas entrevistas da pesquisa.

EXTRATO DA ENTREVISTA COLETIVA⁹

19.P - Eu queria perguntar pra vocês essa questão é (...), vocês consideram que existe uma, uma identidade de pessoa com deficiência no Brasil?

⁸ No mundo todo, a deficiência afeta a pelo menos 600 milhões de pessoas, das quais 400 milhões habitam os países em vias de desenvolvimento. Na América Latina e Caribe estima-se que vivam, pelo menos, 79 milhões de pessoas com deficiência, sendo que 82 % destas são pessoas consideradas pobres. (Fonte: Desarrollo Inclusivo: Un aporte universal desde la discapacidad – Bieler (org), 2004).

⁹ Convenções para transcrição dos dados: (???) - incompreensível; Letra maiúscula – ênfase ou acento forte; // - corte na produção do falante; ... – fala suspensa; (...) – pausa; P – pesquisador e Letra maiúscula inicial – identificação da primeira letra do nome do falante. A numeração refere-se a posição do extrato no bojo da entrevista.

Isso, isso, vocês se identificam, fazem parte de algum grupo ou tem alguma militância? Ou isso é de alguma forma uma bandeira na vida de vocês? A idéia de romper barreiras, de-de, de ter lugar social diferente do que o que vocês encontraram pra vocês?

20. A – Essa questão ela é uma questão assim, é bastante complicada porque, as pessoas ‘ditas normais’, por que que eu coloco assim esse normais entre aspas? Porque particularmente, eu não vejo diferença nenhuma entre o deficiente e o não deficiente. A única diferença é, é, foi como eu falei quando eu apresentei o evento do dia 26 de agosto, eu falei que não são deficiências o que a gente tem, são pequenas diferenças que o, que, acreditem ou não, o cara lá de cima olha e fala pra pessoa, ‘você vai nascer com ISSO’ e pra outra pessoa ‘você não vai nascer com isso’. E, quanto à questão de se engajar em projetos (...) em projetos ou-ou organizações que tenham como mote esse, essa guerra da (...) em defesa do deficiente. Eu particularmente, não que eu seja, seja isso ou seja aquilo, mas particularmente eu acho que eu não precise me juntar a nenhum movimento assim, a não ser o Projeto na Universidade que me despertou a participar, ser voluntário. Mas eu não vejo assim (...) uma necessidade de estar me unindo a outros deficientes. Por quê? Porque eu (...), é, como é que eu vou dizer? O intuito dessas instituições, digamos assim, é pegar os deficientes que se sintam retraídos, que não queiram, por um motivo ou por outro, lutar pelo seu, pelo SEU. Devem ter a atenção (da sociedade) e puxar esse (serviço) todo pra si. Eu tenho pra mim que cada um tem que ter dentro de si uma vontade própria né? De buscar o SEU, buscar o próximo né? Lógico que, lógico que o ser humano ele tem por obrigação ser solidário para com seu próximo, mas como o mundo de hoje tá completamente é, ao contrário. Ao contrário disso, como o mundo ele tá, o ser humano tá cada vez mais se afastando um do outro. A questão é, se você não procurar o SEU, primeiro, primeiro de tudo, você acaba não conseguindo nem SE ajudar nem ajudar o próximo. É, é, um pouco assim que eu penso. Se alguém discordar...
21. P – E o que vocês acham dessa-dessa idéia, dessas idéias?
22. M – Eu acho que a gente tem que ter primeiro determinação, como ele falou. E quanto a ser aceito no grupo ou não, acho que isso é natural do ser humano. A gente precisa ser respeitado como um todo, na verdade nós não somos deficientes, nós temos é, eu sou cego. No mais, todos podem ser considerados como deficientes. Agora EFICIENTES é o que nós precisamos ser. Alguns são eficientes numa coisa, outros em outra, né? As habilidades. Então as pessoas têm que respeitar nossos direitos, e a gente tem que respeitar também nossos deveres. E também o nosso desenvolvimento. É a capacidade, na verdade. (???) A gente anda na rua e sente o preconceito, principalmente o cego, ‘não precisa ninguém pra andar contigo não? Você faz isso sozinho?’ [imitação de outras vozes em tom irônico]. Às vezes até a gente se retrai, algumas até tudo bem. Mas hoje, o tempo tá corrido e a gente não tem nem tempo pra pensar no outro né? Mas alguns têm como, aqueles que podem acabar sendo alvo de marketing.
23. P – Como é que é? Aqueles que podem...

24. M – Em vez de fazer algo mais para o deficiente, acabam sendo alvo de marketing né? Entendeu?
25. P – Marketing tipo o que?
26. M – Marketing tipo isso, ficar assim só na base de estudos, eu gosto assim, de PRÁTICA [faz um gesto de firmeza com as mãos e sorri].
27. A – Tem também aquela coisa, o Mateus não enxerga com os olhos, mas ele enxerga com as mãos. E eu, por exemplo, eu não ando com as pernas, mas eu ando de cadeira de rodas.
28. L – Acho que tem dois lados essa questão, é complicado. Eu acho que esse negócio de bandeira da deficiência, por um lado, eu quero ter a minha vida privada, eu não quero ser um grupo. Eu sou a LIA, antes de ser deficiente, eu tenho uma identidade que eu não quero perder essa identidade.
29. A – As pessoas têm que respeitar o ser humano.
30. L – As pessoas têm que me respeitar, como eu sou. Eu acho que isso de direito, de lei pra deficiente, eu acho que existe já bastante lei, a gente procura os direitos. Eu acho que o problema é tratar o deficiente como um grupo. Cada indivíduo tem sua especificidade. E se a gente for defender uma bandeira como antigamente [o áudio tem falhas de trecho – Lia discorre sobre a necessidade que já houve de organização]. Hoje acho que isso tá abrindo mais, quer dizer, o deficiente não é esse grupo, ele é um ser humano dentro de uma sociedade. Que deve estar preocupada para que incluam não só o deficiente, mas todos. Eu acho que é assim como ele falou, a gente tem que ser uma pessoa assim, dentro do mundo.
31. P – Agora, você já participou, você já foi presidente do Conselho// [referindo-se ao Conselho Municipal de Defesa das Pessoas Portadoras de Deficiência]
32. L – Já, fui presidente do Conselho. Só de dentro a gente vê como esse movimento é complicado, entendeu? Hoje, eu não sei se eu voltaria, justamente porque eu acho que não há uma compreensão entre os deficientes. Não só dos deficientes, dos não-deficientes também, então eu prefiro assim, eu não sou a dona da verdade, mas eu prefiro ser eu. E lutar pelas minhas conquistas. Claro que dentro do possível eu vou ajudar um aluno, uma pessoa que precise da minha orientação. Que eu veja que é deficiente como eu, mas eu, o movimento em si eu acho que é meio complicado.

O trecho da entrevista coletiva mostra que, na negociação entre os sujeitos, a posição prevalente é de que qualquer auto-afirmação que os associe à deficiência é uma aproximação do lugar de vítima e da incapacidade e, qualquer movimento conjunto que reivindique pautas específicas para as pessoas com deficiência aprisiona mais do que liberta.

Os entrevistados têm formas diferentes de viver a deficiência, mas cada um a seu modo prefere apostar na ação individual onde o grupo de referência realmente confiável parece ser a família. Em outros momentos, dois dos entrevistados declararam não ter

dúvidas de que são eles que devem se adaptar à sociedade, pois, se fossem esperar a sociedade se adaptar a eles estariam numa situação muito pior da que vivem hoje.

A positivação da deficiência, como é feita nos grupos de apoio mútuo norte americanos e europeus, nos moldes do movimento negro, parece impensável para esses sujeitos. O discurso de indiferenciação, de borrar fronteiras entre ‘ditos normais’ e ‘especiais’ é a posição dominante. Entretanto, alguns dos entrevistados, ao longo de suas trajetórias, se valeram das conquistas legais e institucionais que foram alcançadas na lógica da ação afirmativa.

EXTRATO ENTREVISTA COM LIA

- 136.P – E a sua posição em relação às cotas, cota pra universidade, ou cota pra emprego?
 137.L – Eu não sei, não sei, é uma dis// é uma coisa.
 138.Eu ainda acho que TEM QUE TER. Eu ainda acho, porque...
 139.P – Nesse concurso, por exemplo?
 140.L – Eu usei as cotas, eu usei. Tudo bem, eu acho que eu poderia passar sem cotas, mas eu acho que numa sociedade como a nossa que ainda falta muito emprego... A pessoa deficiente ainda é discriminada, eu vejo a cota como uma forma de defender alguma coisa.
 141. Que nem, (???) acham que a vida é uma grande guerra, uma grande batalha e que você tem que saber enfrentar ela.
 142.P – Mais é uma batalha de todos? De qualquer pessoa ou é uma batalha para// a vida de uma pessoa com deficiência é uma guerra?
 143.L – Não, como eu te falei no início, eu acho porque não é só do deficiente não, eu acho que tem muitas pessoas, socialmente excluídas, que não tiveram sorte e que é uma BATALHA TAMBÉM! E é uma BATALHA TAMBÉM. Então a gente tem que aprender a lidar, da melhor maneira possível e, claro que eu acho que cotas, não é justo e tal-talvez...
 144.P – Não é justo com quem?
 145.L – Uma sociedade é, onde as pessoas tenham, melhores oportunidades (...) sem discriminação, sem, não sei. Com mais abertura com a diversidade, até entender que uma pessoa pode contribuir DA SUA FORMA. Entendeu? Não sei, talvez um incentivo maior do governo, não sei. Como é que a gente poderia fazer isso. Mas a cota é mais ou menos prá isso entendeu? Se você pensar que uma pessoa poderia ficar em casa, ficando improdutiva, sabe? Não tendo oportunidade, sabe, eu, não sei, o que que você acha? Não sei, eu acho que ainda tem muito deficiente que não trabalha, principalmente deficiente mental, não encontra ramo de trabalho nenhum.

Lia tem dificuldade de firmar uma posição sobre as cotas. Repete que não sabe o que dizer e, ao mesmo tempo, afirma categórica que acha que ‘tem que ter’ (posição diferente da que ela mesma adotou na entrevista coletiva [linhas 30 e 32]). Embora ela tenha se beneficiado do sistema num concurso público, minimiza sua importância ponderando que poderia ter passado sem ele. Na linha 143 ela menciona que o sistema de cotas pode não ser justo. Em seguida, justifica sua adesão a ele pensando

principalmente nas pessoas com deficiência mental, que não teriam chances num sistema que privilegia apenas o mérito intelectual.

Josué manifesta opinião parecida quando diz que as cotas podem servir para os outros, mas não para ele, que nunca reivindicou condições especiais. Como sujeito de um discurso igualitário, cujo mérito de uma pessoa se ancora na possibilidade dela ser vista como ‘qualquer outro ser humano’, não é possível apoiar um sistema que parte da premissa da desigualdade. As cotas são retratadas como uma política de condescendência cujo preço pode ser a fixação de quem se vale desse privilégio numa posição de sujeito tutelado.

EXTRATO DE ENTREVISTA COM JOSUÉ

- | | |
|------|--|
| 679. | P – Foi na Estadual né? Você se inscreveu pelas cotas ou... |
| 680. | J – Não tinha cota. |
| 681. | P – Você já está terminando, porque agora tem, não tem? |
| 682. | J – Tem. Mas, eu nunca fui a favor de cota. |
| 683. | P – Nunca foi. Nem pra emprego, nem pra nada? |
| 684. | J – Não. |
| 685. | P – Por quê? |
| 686. | J – Por que eu sempre fui um cara que sempre é (...) lutou por uma igualdade de condições. Mas não essa igualdade de condições é “calma meu filho, vai que você vai passar...” Não é isso. |
| 687. | P – Você dá valor para o esforço, o mérito. |
| 688. | J – O mérito. Pelo menos no meu caso. Falar isso pros outros é complicado, mas eu sei que hoje eu falo de mim, mas pros outros /.../ eu falo pra mim. |

Gabriel segue um raciocínio semelhante:

EXTRATO DE ENTREVISTA: GABRIEL

- | | |
|------|--|
| 355. | G – mas fiz vestibular na Federal e só não passei na Federal porque, quando eu passei na Católica eu parei de ir na aula. (...) Eu não lembro porque que eu parei mas eu parei de ir na aula e mesmo tendo parado de ir na aula eu fiz muito ponto na Federal. Eu acho que eu só não passei por zero dois (0,2). |
| 356. | P – hum hum |
| 357. | G – Mais eu acho que foi // |
| 358. | P – Mas você teria, por exemplo, agora tem cota na Estadual. Você se inscreveria pela cota ou você faz questão de fazer o vestibular normal. |
| 359. | G – Eu acho que eu não me inscreveria pela cota porque eu tive isso normal, ia ser desleal, ia ser muito fácil. |

Como seu posicionamento está fortemente marcado pela recusa de se identificar como deficiente e na afirmação da sua capacidade intelectual, Gabriel sugere que seria deslealdade obter um privilégio alegando uma suposta desvantagem. Sua perspectiva é

individual e não considera, como fizeram Josué e Lia, casos de pessoas com deficiência que poderiam necessitar deste tipo de expediente para participar de espaços sociais mais seletivos.

EXTRATO ENTREVISTA COM ANTENOR

330. A – (...) no final de 2003 eu fiz prova para cá, pra Estadual, que havia feito em 2002 para a Federal e para a outra Federal, não passei em nenhuma das duas. Nenhuma das duas tinha sistemas de cota. Aí no ano seguinte, no finalzinho de 2003 eu fiz prova para as três públicas. Nas outras duas eu não passei, passei para cá.
331. P – E aqui tinha sistema de cotas?
332. A – Eu entrei pelo sistema de cotas para deficientes físicos, deficientes e indígenas.
333. P – Deficientes indígenas?
334. A – É, porque a as duas são acopladas, deficientes e indígenas se fundem numa cota só.
335. P – Ah, a cota é junta?
336. A – É, eles que colocam, 5% para os dois. Aí divide 2,5 para um e 2,5 para o outro. Aí eu entrei na de deficiente.
337. P – Você podia ter pleiteado pra afro-descendentes...
338. A – Para pardos e negros.
339. P – E aí você preferiu...
340. A - É, preferi porque a procura era menor, a procura era menor não, minto, a cota era menor, me possibilitaria estudar mais, me esforçar mais para consegui chegar na faculdade. Porque se eu entrasse na de negros como eu assumo que sou um rapaz pouco acomodado em certos pontos, mas na parte dos estudos. Eu nunca fui um rapaz estudioso, eu fui assim esforçado porque minha mãe me incentivava, me incentivava até hoje. Mas estudioso de vontade própria eu estou criando essa condição, essa cultura, agora de faculdade.
341. P – Agora, pela quantidade de pontos que você fez, se não tivesse sistema de cotas, você teria passado, tem essa noção?
342. A – Eu acho que não, e por muito pouco.

EXTRATO DE ENTREVISTA COM FLÁVIO

226. F – (...) Fui fazer estágio em uma instituição, fiquei dois anos lá dentro, era remunerado. Tinha essas questões das pessoas ficarem me olhando.
227. P – Por cota?
228. F – Não. Um projeto do governo há dois anos atrás
229. P – Você lembra o nome?
230. F – Lembro. Então, neste caso eles fizeram um trabalho grande, NÃO estruturado, com deficientes. No qual eles abrangeram todos os deficientes: mudos, cegos... todos os tipos de deficiência, até física. Mas só que jogaram dentro das instituições públicas. Sendo que muitos cegos não tinham preparo (...) profissional. Então eu sempre reparei que aquele cego estava lá dentro, preenchendo alguma vaga que, vamos supor: a prefeitura tem uma quantidade de vagas pra deficientes lá, pra fazer aquele estágio lá dentro, e o governo tinha liberado uma verba, pra poderem pagar a gente. E pra não ficarmos sem ninguém, tínhamos lá,

uma-uma pessoa fazendo edital que ficava quatro horas sentada numa mesa ou então num banquinho de espera, esperando o tempo passar. Ou então o tempo ficava pela metade e então mandavam ele embora porque ele não conseguia produzir, não tinha preparo, não se encaixava dentro daquele departamento. E eu falo isso porque eu trabalhei num prédio de 12 andares e eu via como muitos foram tratados. Com carinho, mas com muito cuidado, porque não tinham preparação, e quem estava lá dentro não tinha preparo em deficiente e quem era deficiente não tinha preparo em estar se incluindo. Então nesse caso, nessa brincadeira, eu via que eu fazia muita coisa. Eu tinha que ver processos, atender telefone, passar fax, porque eu já tinha um trabalho de telemarketing. Já sabia lidar com telefone. Sabia ler, e isso me beneficiava. Então, aqueles que não tinham muitas habilidades ficavam parados. Enquanto eu queria alguma coisa, tinha um propósito, como tenho até hoje. Eu era um pouco explorado, porque ninguém me mandava embora uma hora antes de acabar o expediente. Enquanto aquele que não produzia nada, ‘você pode ir embora.’

Nos trechos das duas entrevistas individuais acima, aparecem algumas vantagens em se posicionar publicamente como deficiente, embora isso não seja admitido. Antenor [linhas 330-394] utilizou as cotas para entrar na universidade e confessa que sem elas, provavelmente, não teria conseguido o acesso. Mesmo assim, todo seu discurso é de valorização do esforço individual, o que faz com que, em outro trecho, ele afirme que se não houvesse cota ele teria dado um jeito. Essa certeza parece ancorada no discurso religioso mencionado na linha 20 da entrevista coletiva. Ali ele credita ao ‘*Cara lá em cima*’ [Deus] a origem das diferenças por ser quem determina ‘*quem vai ou quem não vai nascer com ISSO*’ [deficiência]. A posição de homem de fé confere à deficiência o sentido de missão, que o impulsiona a seguir firme e a se colocar como um exemplo de luta. Esse posicionamento o afasta dos movimentos civis por direitos historicamente negligenciados e o aproxima do modelo de superação da deficiência pela persistência e devoção.

Fábio [linhas 226-231] relata a experiência de estagiar em um programa governamental que destina parte das vagas a jovens com deficiência. Quando pergunto se o estágio tinha sido conseguido através da política de cotas, ele não faz associação entre uma coisa e outra. No decorrer da sua narrativa ele reflete a importância da postura e do preparo individual para que o ‘portador de deficiência’ possa ser realmente incluído, pois, pelo que ele percebeu, conseguir o estágio podia significar ficar jogado num canto, como parte do mobiliário da casa. A crítica a este estado de coisas recai, em maior medida, sobre os próprios colegas deficientes que não se prepararam para se incluir, mas também em ‘*quem estava lá dentro não tinha preparo em deficiente.*’

Destacando-se como bom trabalhador ele se distancia da identidade deficiente e se normaliza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ana Maria Crespo, no artigo *Nem coitadinho nem super-herói* (1995), critica as duas posições mais disponíveis para as pessoas com deficiência no Brasil, alegando serem duas faces da mesma moeda. No entanto, na entrevista coletiva, o duplo ‘coitado-herói’ parece ter funcionado ainda como a matriz principal dos posicionamentos dos entrevistados. Para escapar do *lugar de coitadinhos* e da carga de dependência que ela traz consigo, aciona-se o lugar de exemplo individual de superação. Essa não foi uma posição unânime no grupo, podemos destacar em Lia e Isis algum distanciamento destas posições, mas o efeito de grupo fez prevalecer a idéia de que remover coletivamente os obstáculos que dificultam a vida dos deficientes é mais difícil do que lutar pessoalmente contra estes obstáculos com força e vontade. Nesse sentido, a formação discursiva da integração, ou seja, cada um se adaptando ao meio para viver melhor prevaleceu. Outra formação discursiva ativada foi a da não diferenciação entre as pessoas seja pela via do ‘*somos todos seres humanos*’, ou ‘*somos cidadãos e pagamos impostos como os outros*’ ou ainda ‘*todo mundo é deficiente em alguma coisa*’. Mesmo que muitos dos entrevistados se beneficiem de lugares abertos pela lógica da ação afirmativa, a recusa de identificação com a posição ‘pessoa com deficiência’ os distancia de qualquer ativismo na área. Enquanto autores de *DS* apontam como seus antagonistas os *eficientistas-normalizadores*, ou seja, aqueles que querem impor um padrão de normalidade sobre as pessoas com lesão, os narradores desta pesquisa, ao assumir seu desejo de normalização posicionam alguns ‘normalizadores’ (fisioterapeutas, médicos, familiares esforçados) como seus aliados e não opositores.

Nas falas dos entrevistados, a diferença deficiente é associada sempre a auto-segregação. A diversidade humana parece ser o solo fértil para cada um poder ser o que é, individualmente. No entanto, pensando na lógica da ação coletiva é interessante notar que a diversidade humana não se configura como um lugar social onde pessoas possam se reconhecer e articular seus interesses. Ao redor do mundo, a posição ‘pessoa com deficiência’ tem sido o porto provisório para se firmar como pessoa sem negar a condição da deficiência. Esta posição tem permitido a criação de traços culturais próprios numa operação de posituação da deficiência (ou pelo menos de saída do lugar de pesadelo atribuído aos anormais).

Podemos pensar que a recusa de qualquer posição que acentue a diferença corporal-funcional pode estar indicando, justamente, o quanto no Brasil representações sobre a deficiência são desmerecedoras. Neste sentido, pergunto se é possível deslocar a deficiência do lugar de subordinação em que se encontra sem confrontar a historicidade da assimetria ‘normal-deficiente’. Dizendo de outra forma: como romper com os limites que separam ‘anormais’ de ‘normais’ sem o reconhecimento de que há historicamente uma inclusão subjugada dos primeiros? O que fazer para que as associações depreciativas que marcam as pessoas com deficiência possam desaparecer no mar da diversidade humana? Como romper os laços que atam fortemente deficiência e pobreza, deficiência e vergonha, deficiência e baixa escolaridade, deficiência e comiseração? E, revisitando o mote *Nada sobre nós sem nós* pergunto: quem ocupará este *nós* se as pessoas com a experiência da deficiência e boa formação recusarem essa posição?

Bibliografia

BIELER, ROSANGELA (coord.) - 2004- Desarrollo Inclusivo: Un aporte universal desde la discapacidad – Equipo de Discapacidad y Desarrollo Inclusivo, Región de Latinoamérica y El Caribe, Banco Mundial

CORKER, MAIRIAN & FRENCH, SALLY (eds) (1999) – Disability Discourse – Buckingham - Open University Press.

CRESPO, ANA MARIA (2006) - Pessoas Com Deficiência e a Construção da Cidadania

<http://www.artsbrasil.org.br/fase2/materia.asp?p=102> – acesso 15/06/2006

DAVIES, B e HARRÉ, R (1990) – Positioning: the discursive production of selves – Journal for the Theory of Social Behavior 20 – p.43-63.

DUBAR, CLAUDE (1997) – A socialização: construção das identidades sociais e profissionais. Porto: Editora Porto.

ELIAS, NORBERT (2000) – Os Estabelecidos e os Outsiders – Rio de Janeiro – Jorge Zahar Editor.

FABRÍCIO, BRANCA (2002) – Implementação de mudanças no contexto educacional: discursos, identidades e narrativas em ação – Tese de Doutorado defendida no Departamento de Letras da PUC-Rio – Rio de Janeiro.

FOUCAULT, MICHEL – 1971/ Edição brasileira - 1996 – A Ordem do discurso – Edições Loyola - São Paulo.

_____ (1995) - Sobre a genealogia da ética. Uma revisão do trabalho. In: Rabinow, Paul; Dreyfus, Hubert. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

KENDALL, GAVIN & WICKHAM, GARY (1999) – Using Foucault’s Methods – London – Sage Publications.

LARROSA, JORGE (1994) – Tecnologias do Eu e Educação – em O Sujeito da Educação: estudos foucaultianos – Silva, Tomaz Tadeu (org.) – Rio de Janeiro – Editora Vozes.

MASINI, ELCIE & BAZON, FERNANDA (2005) – A inclusão de estudantes com deficiência, no ensino superior – trabalho apresentado na 28ª reunião da Anped no GT 20 – Psicologia da Educação.

MEC (2005) – Edital do Programa Incluir – disponível em www.mec.gov.br/sesu - acesso 29/06/2005.

MEC – INEP (2006) - Informativo nº 128 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep -Endereço:
<http://www.inep.gov.br/informativo/informativo128.htm> acesso 20/02/2006.

MEDEIROS, MARCELO e DINIZ, DÉBORA (2004) - A nova maneira de se entender a deficiência e o envelhecimento. IPEA – Texto para discussão No 1040 – Brasília.

MITCHELL, D & SNYDER, S. (1997) – The body and physical difference: discourses of disability – The University of Michigan Press.

MOITA LOPES, LUIZ PAULO (2003) – Discursos de Identidades – Campinas - Mercado de Letras.

REIS, CLÁUDIA (2005) - Linguagem, evidencialidade e posicionamentos de professor: A construção da coerência dos “selves” em narrativas de experiência – Tese de doutorado apresentada no Departamento de Letras da PUC-Rio.

REVISTA SENTIDOS 26 (2004) – Entrevista com Rosangela Bieler sessão Talentos. Disponível em www.sentidos.com.br/ último acesso março 2007.

SASSAKI, ROMEU (2004) – Como chamar os que têm deficiência? – disponível em escoladegente.org.br – textos especialistas – acesso em 10 de janeiro de 2006.

SHAKESPEARE, TOM (1998) – The Disability Reader: social science perspectives – Cassell – London.

VEIGA-NETO, ALFREDO (2001)– Incluir para excluir – em Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença – Larrosa e Skliar (orgs.) – Autêntica – Belo Horizonte.

_____ (2003) – Foucault e a Educação – Autêntica – Belo Horizonte.

WOLFENSBERGER, WOLF (1972) - The Principle of Normalization in Human Services. Toronto: National Institute on Mental Retardation.